

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

237 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 21 a 25 de abril de 2025

1. CIMEIRA INTERNACIONAL SOBRE O FUTURO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA	1
2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS 2027 - POSIÇÃO DO PE	2
3. PROGRAMA EUROPEU PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA - POSIÇÃO DO PE	4
SEDE/ITRE: programa europeu para a indústria de defesa (EDIP)	4
4. PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA - 2024	5
5. COMISSÃO EUROPEIA - MULTAS À APPLE E META	6
6. COMISSÃO EUROPEIA - PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO	7
7. ACADEMIA - OS DESAFIOS ATUAIS DA UE	7
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. CIMEIRA INTERNACIONAL SOBRE O FUTURO DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

A **Agência Internacional de Energia (IEA)**, que esteve no centro da segurança energética internacional ao longo dos últimos 50 anos, organizou, em parceria com o governo do **Reino Unido**, a **Cimeira sobre o Futuro da Segurança Energética**, realizada em Londres nos dias 24 e 25 de abril de 2025. O evento foi co-presidido por Ed Miliband, Secretário de Estado britânico para a Segurança Energética e Neutralidade Carbónica, e por Fatih Birol, Diretor Executivo da IEA.

A Cimeira procurou analisar os fatores geopolíticos, tecnológicos e económicos que afetaram a segurança energética a nível nacional e internacional. O encontro proporcionou aos líderes e decisores políticos uma plataforma para avaliar as tendências que moldaram a segurança energética global, e refletir sobre os instrumentos necessários para enfrentar os riscos tradicionais e emergentes neste domínio.

Os temas principais em discussão foram:

- *Evolução da procura, da oferta e do comércio dos principais combustíveis.*
- *Crescimento do papel da eletricidade nos sistemas energéticos.*
- *Desenvolvimento das tecnologias de energia limpa e das respetivas cadeias de abastecimento.*
- *Disponibilidade de minerais e metais essenciais para as tecnologias de energia limpa.*

Esta iniciativa inseriu-se num contexto de transformação profunda dos sistemas energéticos, marcado pela transição para fontes limpas e pela necessidade de reforçar a resiliência face a novas ameaças e disrupções no abastecimento energético. Mais informação disponível [aqui](#).

A Cimeira representou, igualmente, uma oportunidade para consolidar o novo ímpeto nas relações entre a União Europeia e o Reino Unido, redefinindo a relação pós-Brexit com base em interesses estratégicos comuns.

A Presidente da Comissão Europeia, [Ursula von der Leyen](#), deslocou-se a Londres para participar na cimeira “[Future of Energy Security](#)” e, sobretudo, para um encontro bilateral com o Primeiro-Ministro britânico, [Keir Starmer](#), que teve lugar a 24 de abril e que antecipa a cimeira bilateral agendada para **19 de maio**, que contará também com a presença do Presidente do Conselho Europeu, [António Costa](#).

Um novo propósito para a relação pós-Brexit

A guerra na Ucrânia e as perturbações no comércio e na defesa causadas pela administração Trump deram uma nova urgência e relevância à relação entre Londres e Bruxelas, historicamente difícil desde o Brexit. Embora Keir Starmer tenha prometido um “**reset**” nas relações com a UE ao chegar a Downing Street no ano passado, as expectativas em Bruxelas foram entretanto moderadas.

Perspetivas de um pacto de defesa, mas com obstáculos

É amplamente esperado que na cimeira de maio seja assinado um pacto de defesa entre o Reino Unido e a UE. Este acordo permitiria ao Reino Unido participar no programa europeu de empréstimos para defesa, o [SAFE](#), avaliado em 150 mil milhões de euros, reservado a países com um pacto de segurança com a União.

No entanto, as negociações têm sido complicadas por temas extra-defesa, nomeadamente o acesso às águas de pesca. Apesar da surpresa expressa pela chefe da diplomacia europeia, [Kaja Kallas](#), quanto ao impacto da questão da pesca sobre o avanço do pacto de segurança ([aqui](#)), este continua a ser um ponto sensível, em particular para a França. O jornal *The Times* noticiou recentemente que Starmer estará pronto a aceitar “*concessões significativas*” no acesso às águas britânicas, num acordo que substituiria as atuais disposições do

Acordo de Comércio e Cooperação, que expiram no próximo ano. Contudo, tanto Londres como Bruxelas afirmam que ainda não há decisões tomadas.

Clima político: tom mais positivo, mas temas espinhosos mantêm-se

Sandro Gozi, Deputado ao Parlamento Europeu (PE) do grupo Renew e co-presidente da **Assembleia de Parceria Parlamentar UE-Reino Unido**, destacou a melhoria do ambiente político e o espírito de “**confiança mútua**” que tem marcado a fase atual das relações. Referiu, contudo, que a questão da pesca continua a ser central e que o PE insiste na necessidade de uma solução antes ou, no máximo, durante a cimeira de maio.

No encontro de entre Von der Leyen e Starmer, além da segurança energética, outros temas em destaque incluíram a situação da **economia global** (referência indireta às tensões comerciais associadas a Trump), bem como a **cooperação energética**, incluindo a possibilidade de ligação entre os sistemas de comércio de emissões de carbono do Reino Unido e da UE — tema que deverá ser aprofundado na cimeira de maio.

Em termos de próximos passos, a Comissão Europeia deverá informar os embaixadores dos Estados-Membros na próxima quarta-feira sobre o estado das negociações. Além do pacto de defesa e segurança, espera-se que a cimeira produza também uma **declaração sobre questões globais e futuras disposições nas relações bilaterais**.

2. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS 2027 - POSIÇÃO DO PE¹

Os deputados da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu **aprovaram o primeiro relatório que define a visão parlamentar para o próximo quadro financeiro plurianual (QFP) da União Europeia**, que vigorará após 2027. O relatório foi adotado com 23 votos a favor, 9 contra e 2 abstenções, defendendo um orçamento europeu significativamente mais ambicioso, capaz de responder às expectativas crescentes dos cidadãos num contexto internacional cada vez mais desafiante (detalhe [aqui](#)). A Deputada portuguesa Carla Tavares (S&D) é uma das co-relatoras.

O relatório e as emendas estão disponíveis [aqui](#) e o processo completo pode ser consultado [aqui](#). O PE também disponibilizou um kit para a imprensa, com toda a informação sobre o Quadro Financeiro Plurianual, disponível [aqui](#).

- Principais orientações para o próximo orçamento

O relatório destaca que o atual teto de 1% do rendimento nacional bruto (RNB) da UE-27 é insuficiente para enfrentar o número crescente de crises e desafios, nomeadamente:

- *A guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia;*
- *O recuo dos EUA no cenário global;*
- *A crescente pressão económica e social;*
- *O fosso de competitividade;*
- *A crise climática e da biodiversidade.*

Os Deputados sublinham a necessidade de um **orçamento que reflita as realidades geopolíticas, económicas e ambientais atuais**, com mecanismos de flexibilidade que permitam respostas rápidas a crises e

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

situações imprevistas. Além disso, rejeitam a proposta da Comissão Europeia de replicar o modelo de “*um plano nacional por Estado-Membro*”, utilizado no Mecanismo de Recuperação e Resiliência, para a execução do próximo orçamento. Defendem, em vez disso:

- *Uma estrutura que garanta transparência e responsabilidade parlamentar;*
- *A participação das autoridades regionais, locais e de todos os atores relevantes;*
- *O reforço da política de coesão, essencial para promover a integração económica, social e territorial e reduzir desigualdades.*

O relatório considera insuficiente o projeto de um Fundo de Competitividade proposto pela Comissão, que previa a fusão de vários programas existentes. Em alternativa, propõe:

- A **criação de um novo fundo específico**, destinado a mobilizar investimento público e privado através de mecanismos de redução de risco, inspirados no sucesso de instrumentos como o [InvestEU](#) e o [Fundo de Inovação](#).
- O **reforço do investimento em defesa e segurança**, integrado numa abordagem abrangente, sem prejudicar os financiamentos destinados às áreas social e ambiental.

Finalmente, em matéria de simplificação, flexibilidade e respeito pelo Estado de direito, o orçamento deverá:

- **Reduzir a burocracia para os beneficiários**, sem alargar os poderes da Comissão à custa do controlo democrático do Parlamento;
- **Incluir mecanismos de prestação de contas rigorosos**, assegurando total transparência quanto aos destinatários finais dos fundos da UE;
- Prever instrumentos especiais para: Ajuda humanitária; Resposta a catástrofes e outros desafios imprevistos.

O acesso aos fundos europeus continuará condicionado ao respeito pelos valores da UE e pelo Estado de direito, defendendo-se uma condicionalidade inteligente que proteja os beneficiários finais das ações dos seus governos.

- **Gestão da dívida e novas fontes de financiamento**

Os Deputados insistem que os custos de reembolso da dívida contraída ao abrigo do [NextGenerationEU](#) não devem comprometer o financiamento das prioridades da UE. O relatório apela a:

- Uma clara separação entre o financiamento dos custos da dívida e as despesas dos programas;
- A **adoção de novos recursos próprios** genuínos para garantir a sustentabilidade do financiamento europeu;
- A possibilidade de **empréstimos conjuntos como opção viável para enfrentar crises de grande escala**, incluindo nas áreas da defesa e segurança.

Os relatores proferiram declarações após a aprovação do relatório, tendo Carla Tavares (S&D, Portugal) referido que “*Incorporámos cerca de 2.000 propostas de alteração neste relatório, refletindo uma visão ampla para o próximo orçamento da UE. Defendemos um orçamento ambicioso, que promova a autonomia estratégica, a resiliência económica e os objetivos ambientais, sem deixar ninguém para trás. Este orçamento deve garantir coesão social e territorial, novas fontes de receita e financiamento adequado para segurança e defesa, sempre com respeito pelo Estado de direito.*” Por seu lado, Siegfried Mureşan (PPE, Roménia) assinalou que “*Queremos um orçamento que reflita melhor as novas prioridades da União, como a competitividade e a defesa, protegendo ao*

mesmo tempo as políticas tradicionais como a agricultura e a coesão. Por isso, defendemos um aumento responsável e justificado do próximo QFP, ultrapassando o limite autoimposto de 1% do RNB. Também rejeitamos o modelo de ‘um plano nacional por Estado-Membro’, que consideramos inadequado.”

A **votação em plenário do Parlamento Europeu** está prevista para a primeira **sessão de maio**, definindo as prioridades da instituição. A proposta formal da Comissão Europeia para o próximo orçamento deverá ser apresentada em julho.

3. PROGRAMA EUROPEU PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA - POSIÇÃO DO PE

SEDE/ITRE: programa europeu para a indústria de defesa (EDIP)

Os deputados das Comissões da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) e da Segurança e Defesa (SEDE) do Parlamento Europeu **aprovaram a sua posição sobre a criação de um [programa europeu para a indústria de defesa \(EDIP\)](#)**, defendendo um reforço substancial da base tecnológica e industrial de defesa europeia (EDTIB) e uma integração mais profunda das indústrias de defesa dos Estados-Membros.

O projeto de regulamento, apoiado na votação por 70 votos a favor, 46 contra e 8 abstenções, inclui também a proposta de **criação de um instrumento específico de apoio à Ucrânia (Ukraine Support Instrument – USI)**, com o objetivo de modernizar e integrar a indústria de defesa ucraniana na [EDTIB](#).

O novo programa EDIP pretende:

- Reforçar as capacidades de produção de armas, munições e outros produtos essenciais em situações de crise;
- Aumentar a capacidade de fabrico e reduzir os prazos de produção e entrega;
- Constituir reservas estratégicas (stockpiling);
- Promover a agregação de encomendas e o recurso a aquisições conjuntas entre os Estados-Membros.

Entre os princípios-chave acordados pelos Deputados destacam-se:

- **Aplicação de um princípio de “[comprar europeu](#)”**, pelo qual o financiamento do EDIP só poderá apoiar produtos com, pelo menos, 70% dos componentes produzidos na UE ou em países associados.
- Exigência de que os **projetos de interesse europeu comum** envolvam **pelo menos seis Estados-Membros** (ou quatro Estados particularmente expostos a ameaças militares convencionais); prevê-se igualmente a participação da Ucrânia nestes projetos.
- Criação de um **“mecanismo europeu de vendas militares”**, funcionando como um catálogo centralizado de produtos e serviços de defesa, para estimular a procura a nível da UE.
- Estabelecimento de uma **nova Estrutura Voluntária para Programas Europeus de Armamento**, destinada a reforçar a cooperação entre Estados-Membros em todas as fases do ciclo de vida do equipamento de defesa.
- Implementação de um **regime europeu de segurança de abastecimento**, gerido por um Conselho de Preparação Industrial de Defesa (*Defence Industrial Readiness Board*), para garantir o acesso contínuo a produtos essenciais de defesa e antecipar futuras crises de fornecimento.

No âmbito do EDIP, os eurodeputados aprovaram a criação do [Ukraine Support Instrument \(USI\)](#), que visa:

- ***Aumentar o investimento direto na indústria de defesa da Ucrânia;***
- ***Facilitar parcerias entre empresas de defesa da UE e da Ucrânia;***
- ***Reforçar as aquisições de capacidades de defesa produzidas na Ucrânia, incluindo para as necessidades ucranianas.***

Após a aprovação, a Presidente da Comissão SEDE e os relatores (ambos franceses) fizeram algumas declarações. Marie-Agnes Strack-Zimmermann (Renew Europe, Alemanha), Presidente da Comissão de Segurança e Defesa, referiu que *“A nossa posição sobre o EDIP envia uma mensagem forte ao Conselho para concluir rapidamente a sua posição e iniciar as negociações interinstitucionais. O Parlamento insistirá numa regulação sólida que incentive os Estados-Membros a reforçar a aquisição conjunta, construindo capacidades comuns de defesa europeia — mais fortes, estratégicas, eficientes e unidas.”*

Raphaël Glucksmann (S&D, França), co-relator da Comissão de Segurança e Defesa, deu nota de que *“Este é um momento histórico. A Europa enfrenta uma encruzilhada decisiva perante as ameaças russas. Investir juntos e desenvolver capacidades militares críticas de forma conjunta é o único caminho possível. Uma Europa soberana é uma Europa mais forte e mais segura.”* François-Xavier Bellamy (PPE, França), co-relator da Comissão da Indústria, Investigação e Energia, referiu que *“A adoção deste relatório marca um passo importante para a segurança do continente europeu e para o fortalecimento da nossa indústria de defesa. Demonstrámos que o Parlamento está à altura do desafio, tanto no conteúdo como na rapidez do processo, abrindo caminho para a próxima fase de negociações.”*

Com esta aprovação em comissão, os Deputados decidiram abrir negociações com o Conselho para finalizar o regulamento, com 90 votos a favor, 20 contra e 5 abstenções. A decisão será formalmente comunicada ao Parlamento durante a sessão plenária de maio.

4. PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA - 2024

Foi publicado o **Relatório sobre a participação de Portugal na UE em 2024**, elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e disponível [aqui](#).

Ali, pode ler-se que, em **2024**, a União Europeia enfrentou um **ano decisivo**, marcado pela continuidade da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e pela mudança de ciclo político-institucional, com novas lideranças no Parlamento Europeu, no Conselho Europeu e na Comissão Europeia. A guerra reforçou o **alargamento da União como prioridade estratégica**, com a abertura formal das negociações de adesão com a Ucrânia e a Moldavia, progressos nos Balcãs Ocidentais e a suspensão de facto do processo da Geórgia devido a retrocessos democráticos. Portugal manteve uma posição firme de apoio ao alargamento, defendendo a integração gradual dos países candidatos nas políticas da União e no Mercado Único, e sublinhou a necessidade de alinhar as reformas internas da UE com este processo.

No **apoio à Ucrânia**, a UE destacou-se pela criação do Ukraine Facility (50 mil milhões de euros para 2024-2027), pelo reforço das sanções à Rússia e pelo compromisso contínuo com a assistência militar, humanitária e financeira. Portugal contribuiu de forma significativa, superando a sua quota no auxílio militar, acolhendo cerca de 65 mil refugiados e mantendo um forte empenho diplomático para contrariar a propaganda russa e defender a “Fórmula para a Paz”. Entre as ações de apoio português destacam-se:

- Fornecimento de mais de 1 400 toneladas de material militar;
- Apoio militar superior a 226 milhões de euros;

- Contribuições humanitárias e educativas, incluindo o financiamento de projetos para crianças afetadas pelo conflito.

Em matéria económica, o debate sobre competitividade e autonomia estratégica dominou a agenda europeia, impulsionado pelos **relatórios Letta, Draghi e Niinistö**. Foram lançadas iniciativas como o *Net Zero Industry Act*, a *Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP)* e o *AI Office*, com foco em inovação, transição verde, inteligência artificial e redução de dependências externas. Portugal defendeu a articulação entre reforço do Mercado Único, coesão económica e social, descarbonização e simplificação regulatória. No plano financeiro, a reforma da governação económica e a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual permitiram flexibilizar regras e mobilizar recursos para novas prioridades, incluindo a resposta à guerra, a migração e a inovação.

No plano social e ambiental, destacam-se a aprovação do Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, o acordo sobre a Diretiva para o Trabalho em Plataformas Digitais e avanços significativos na legislação ambiental, nomeadamente o Regulamento de Restauração da Natureza e o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM). Portugal registou progressos sólidos nas metas da Década Digital 2030, com destaque para a saúde digital, o 5G e a digitalização da administração pública. O ano de 2024 confirmou, assim, uma UE em transformação, reforçada no seu papel geopolítico e na defesa dos seus valores, com Portugal a afirmar-se como Estado-membro ativo e influente neste processo.

5. COMISSÃO EUROPEIA - MULTAS À APPLE E META

A Comissão Europeia concluiu, em 23 de abril de 2025, que tanto **a Apple como a Meta violaram o Regulamento dos Mercados Digitais (DMA)**, tendo decidido aplicar coimas no valor de **500 milhões de euros à Apple e 200 milhões de euros à Meta**. Estas são as primeiras decisões formais de não conformidade no âmbito do DMA, um instrumento que visa assegurar a concorrência justa e a liberdade de escolha nos mercados digitais da União Europeia (detalhe [aqui](#)).

No caso da **Apple**, a Comissão considerou que a empresa não cumpriu a obrigação antidireção prevista no DMA, ao impor restrições que impedem os criadores de aplicações de informarem os consumidores sobre ofertas alternativas fora da App Store e de os encaminharem diretamente para essas opções, limitando assim a concorrência e a escolha dos utilizadores. A Apple não conseguiu demonstrar que tais restrições fossem objetivamente necessárias ou proporcionadas. A Comissão ordenou à empresa que eliminasse estas barreiras técnicas e comerciais e que se abstinhasse de repetir práticas com efeitos semelhantes no futuro.

Relativamente à **Meta**, a Comissão considerou que o modelo de publicidade «Consentimento ou pagamento», introduzido pela empresa em março de 2024, violou o DMA ao não proporcionar aos utilizadores uma alternativa verdadeiramente equivalente que utilizasse menos dados pessoais. O modelo forçava os utilizadores do Facebook e do Instagram a escolher entre consentir a partilha dos seus dados pessoais para publicidade personalizada ou pagar uma assinatura para um serviço sem anúncios. A Meta introduziu posteriormente, em novembro de 2024, uma nova versão do modelo, alegadamente mais conforme, cuja eficácia está ainda a ser avaliada pela Comissão. A decisão de não conformidade incide sobre o período entre março e novembro de 2024, quando a opção oferecida aos utilizadores era exclusivamente binária.

Adicionalmente, a Comissão decidiu que o serviço Facebook Marketplace da Meta deixa de ser designado como porta de acesso importante ao abrigo do DMA, uma vez que o número de utilizadores profissionais ficou abaixo do limiar previsto (10 000 em 2024). As empresas têm agora um prazo de 60 dias para assegurar a conformidade com as decisões, sob pena de novas sanções pecuniárias compulsórias. A Comissão mantém o diálogo com a

Apple e a Meta para garantir o cumprimento integral do regulamento e reafirma que todas as empresas que operam no mercado europeu devem respeitar as regras e valores da União.

Mais informações podem ser consultadas nos seguintes links disponibilizados pela Comissão:

- [Decisão sobre a Apple e a Meta](#)
- [Informações sobre o Regulamento dos Mercados Digitais](#)

6. COMISSÃO EUROPEIA - PACTO SOBRE MIGRAÇÕES E ASILO

A Comissão Europeia propôs, em 16 de abril de 2025, **acelerar a aplicação de alguns aspetos do Pacto em matéria de Migração e Asilo**, aprovado no ano anterior e com entrada em vigor prevista para junho de 2026. O objetivo é permitir aos Estados-Membros tratar de forma mais rápida e eficiente os pedidos de asilo, sobretudo aqueles cuja probabilidade de aceitação é reduzida, garantindo, ao mesmo tempo, o respeito pelo direito a uma avaliação individual. A proposta inclui a antecipação de dois elementos fundamentais do Regulamento Procedimentos de Asilo: o limiar da taxa de reconhecimento e o conceito de país de origem seguro (detalhe [aqui](#)).

Entre os principais pontos da proposta, destacam-se:

- **Aplicação antecipada do procedimento acelerado ou de fronteira para requerentes** oriundos de países com uma taxa média de reconhecimento de proteção internacional igual ou inferior a 20%;
- **Definição flexível de países terceiros seguros e países de origem seguros**, com possibilidade de exclusão de determinadas regiões ou categorias de indivíduos;
- **Proposta para criação de uma primeira lista da UE de países de origem seguros**, que inclui: Kosovo, Bangladexe, Colômbia, Egito, Índia, Marrocos e Tunísia.

A Comissão defende que os países candidatos à adesão à UE preenchem, em princípio, os critérios para serem designados como países de origem seguros, salvo em situações específicas como conflitos armados, sanções europeias ou taxas de reconhecimento superiores a 20%. A avaliação baseou-se em informações da Agência da UE para o Asilo (EUAA), do ACNUR, do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e de outras fontes, incluindo Estados-Membros e ONG.

A proposta agora apresentada terá de ser debatida e acordada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Segundo a Comissão, esta antecipação permitirá aos Estados-Membros responder mais rapidamente a processos de asilo em atraso, sem comprometer a avaliação individual de cada pedido. A lista da UE de países de origem seguros poderá ser revista, alargada ou suspensa ao longo do tempo, de acordo com a evolução da situação nos países incluídos. Mais informações estão disponíveis [neste link](#).

7. ACADEMIA - OS DESAFIOS ATUAIS DA UE

O think-tank [The European Policy Centre](#) apresentou esta semana um estudo intitulado *“A Test of Times: Permachange through Enlargement and EU Reform”*, disponível [aqui](#).

O estudo defende que a União Europeia enfrenta um **momento decisivo**, num contexto de crises sucessivas (*“permacrisis”*) e transformações geopolíticas, económicas, climáticas, tecnológicas e demográficas. Para se manter relevante e funcional, a UE deve abraçar a lógica da *“permachange”* — uma adaptação constante e estrutural — através da combinação de dois imperativos estratégicos: o alargamento da União e a reforma interna da sua governação.

O estudo identifica quatro opções estratégicas para o alargamento e cinco para a reforma interna da UE:

- **Alargamento:**

- *E1: Speedy Big Bang Enlargement* – Uma grande vaga de adesões, abrangendo todos os candidatos dispostos e preparados, como resposta geopolítica urgente.
- *E2: Strategic Regatta* – Adesão gradual em vagas sucessivas, à medida que os candidatos cumprem os critérios e a UE se adapta.
- *E3: Limited Enlargement* – Foco apenas na adesão da Ucrânia, priorizando a estabilidade regional imediata.
- *E4: No Enlargement* – Opção de não alargar, considerada contraproducente e perigosa para a estabilidade europeia.

- **Reforma:**

- *R1: Fundamental Reform Now* – Uma reforma profunda e imediata via convenção europeia (pouco viável politicamente).
- *R2: Gradual Progressive EU Reform* – Reforma progressiva e incremental das políticas e da governação, considerada a opção mais pragmática.
- *R3: Lisbon Plus* – Exploração das possibilidades já previstas nos Tratados de Lisboa.
- *R4: Status Quo* – Manutenção da estrutura atual, considerada arriscada e insuficiente.
- *R5: Europe of Fatherlands* – Retrocesso nacionalista e renacionalização de competências, vista como um erro histórico.

O estudo conclui que a **melhor via** para a UE **combina o alargamento pela Strategic Regatta (E2) ou Speedy Big Bang (E1) com a Gradual Progressive Reform (R2)**, criando um ciclo virtuoso em que o alargamento e a reforma se reforçam mutuamente.

- **Principais Recomendações**

O EPC propõe 12 recomendações concretas para operacionalizar o alargamento e a reforma da UE:

- **Para o Alargamento:**

- Definir um novo discurso político sobre o alargamento, destacando-o como imperativo geopolítico e democrático.
- Reforçar a vontade política dos Estados-Membros, mais do que reformular metodologias técnicas.
- Elaborar um Roteiro de Alargamento da UE, com etapas, recursos e calendários claros.
- Incluir Planos de Reforma Pós-Adesão nos tratados de adesão, assegurando a continuidade das reformas nos novos Estados-Membros.
- Reforçar os mecanismos de respeito pelo Estado de direito, incluindo a reforma do Artigo 7.º do TUE.
- Estabelecer garantias contra conflitos bilaterais, como cláusulas de confiança nos tratados de adesão.
- Aumentar o envolvimento da sociedade civil dos países candidatos no processo de integração.

- **Para a Reforma:**

- Desenvolver um Plano Abrangente de Reforma da UE, adaptando políticas como a PAC e a política de coesão às exigências de uma União alargada.
- Mandar uma entidade independente (ex.: grupo de sábios) para elaborar um Relatório sobre a Reforma da Governação da UE.
- Manter abertura a todas as vias possíveis de reforma, incluindo cláusulas passerelle, cooperação reforçada, alterações cirúrgicas dos tratados ou uma nova convenção europeia.
- Criar uma *Avant-garde Supra-Governamental Aberta (OSGA)* para permitir progressos entre os Estados “dispostos e capazes” em áreas bloqueadas, como a defesa ou o alargamento.
- Implementar um Roteiro de Participação Cívica, envolvendo cidadãos da UE e dos países candidatos no debate sobre o futuro da Europa.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 14 de abril - [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#) e [Reunião informal dos Ministros dos Assuntos Sociais](#); 16 de abril: [Reunião informal dos ministros que operam na área da igualdade entre os sexos](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada às [Comissões parlamentares e dos grupos políticos](#) do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [6 de maio](#).

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas a seguinte reunião: [Reunião informal dos ministros do Ambiente, 28/29 de abril](#).

Bruxelas | 25 de abril de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).